



# **AQUISIÇÃO DE DUAS VIATURAS LIGEIRAS DE PASSAGEIROS**

## ***Concurso Público***

Câmara Municipal de Viseu

## **Caderno de Encargos**

## Conteúdo

|                                                                                                                                        |    |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1. DISPOSIÇÕES GERAIS: .....                                                                                                           | 3  |
| 2. OBJETO DO CONCURSO .....                                                                                                            | 3  |
| 3. PREÇO BASE .....                                                                                                                    | 3  |
| 4. VIATURA DE RETOMA.....                                                                                                              | 3  |
| 5. PRAZO DO CONTRATO.....                                                                                                              | 4  |
| 6. PRAZO DE GARANTIA.....                                                                                                              | 4  |
| 7. AVALIAÇÃO DA VIATURA DE RETOMA.....                                                                                                 | 4  |
| 8. PRINCIPAIS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE VISEU .....                                                                                   | 4  |
| 9. PRINCIPAIS OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO .....                                                                                        | 5  |
| 10. ATO DE ENTREGA DAS VIATURAS NOVA.....                                                                                              | 6  |
| 11. SIGILO .....                                                                                                                       | 6  |
| 12. PRAZO DO DEVER DE SIGILO.....                                                                                                      | 7  |
| 13. CESSÃO .....                                                                                                                       | 7  |
| 14. IMPEDIMENTOS NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS .....                                                                                        | 7  |
| 15. CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR .....                                                                                            | 7  |
| 16. REPRESENTANTES DO ADJUDICATÁRIO E DA ENTIDADE ADJUDICANTE ..                                                                       | 8  |
| 17. RESPONSABILIDADE DO ADJUDICATÁRIO POR PREJUÍZOS<br>DECORRENTES DA EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE SUPRIMENTO DE ERROS<br>E OMISSÕES ..... | 8  |
| 18. PATENTES, LICENÇAS E MARCAS REGISTRADAS.....                                                                                       | 8  |
| 19. RESOLUÇÃO DO CONTRATO.....                                                                                                         | 9  |
| 20. FORO COMPETENTE .....                                                                                                              | 9  |
| 21. PREVALÊNCIA .....                                                                                                                  | 10 |
| 22. CONTAGEM DOS PRAZOS .....                                                                                                          | 10 |
| 23. CRITÉRIOS DE DESEMPATE .....                                                                                                       | 10 |

## 1. DISPOSIÇÕES GERAIS:

Regras de interpretação dos documentos que regem os trabalhos:

As divergências que porventura existam entre os vários documentos que se considerem integrados no Contrato, se não puderem ser solucionados pelos critérios legais de interpretação, resolver-se-ão de acordo com as seguintes regras:

- O estabelecido neste caderno de encargos prevalecerá sobre o que constar de todos os demais documentos;

## 2. OBJETO DO CONCURSO

O objeto do presente caderno de encargos consiste na “Aquisição de duas viaturas ligeiras de passageiros, carroçaria tipo sedan de quatro portas com grupo motopropulsor híbrido e retoma de uma viatura ligeira usada propriedade do Município”.

## 3. PREÇO BASE

De acordo com o n.º 1 do artigo 47 do Código de Contratos Públicos o valor total a pagar pela aquisição de duas viaturas novas não pode exceder o valor de 68.000,00 € (sessenta e oito mil euros). A este valor acresce o IVA à taxa em vigor.

De acordo com o n.º 2 do artigo 47 do Código de Contratos Públicos o valor a pagar ao Município correspondente à retoma da viatura usada deverá ser superior a 3.000,00 (três mil euros). A este valor acresce o IVA à taxa em vigor.

## 4. VIATURA DE RETOMA

O Município de Viseu pretende que seja efetuada a retoma de uma viatura Volvo S80 D5 simultaneamente com a aquisição das duas viaturas novas.

Viatura de Retoma:

- Matrícula 91-CR-79
- Data da matrícula: 09-01-2007
- Cor carroçaria: Preto
- Cilindrada: 2400 cc
- Potência máxima: 136 kw
- Combustível: Gasóleo
- Número de Lugares: 5
- Quilometragem: 452.027
- Nota: O ar condicionado da viatura não funciona.

## 5. PRAZO DO CONTRATO

O contrato mantém-se em vigor até à entrega dos bens ao Município de Viseu e recolha da viatura de retoma em conformidade com os respectivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato. O contrato cessa no seu termo sem qualquer aviso prévio.

## 6. PRAZO DE GARANTIA

O Município de Viseu pretende adquirir equipamento fiável e robusto em que o prazo de garantia oferecido pelo fabricante seja no mínimo 3 anos ou 100.000 km (conforme o que ocorrer primeiro). Devido existir extensão de garantia até ao 7º ano ou 160.000 km (o que ocorrer primeiro). A garantia deverá cobrir todas as peças com comprovado defeito de fabrico, mão-de-obra, deslocações e qualquer outra despesa associada à reparação da viatura.

Deverá ser efetuada a retoma da viatura propriedade do Município no seu estado atual não existindo qualquer tipo de garantia por parte do Município.

## 7. AVALIAÇÃO DA VIATURA DE RETOMA

Os interessados poderão avaliar a viatura de retoma a partir do dia seguinte à publicação do Anúncio até ao fim do prazo previsto para apresentação de esclarecimentos e erros e omissões. A viatura estará exposta no Serviço de viaturas e oficina, Estada Nacional 2 Repeses, 3500-227 Viseu, ou em outra localização definir pelo Município dentro do Concelho de Viseu, podendo ser visitada nos dias úteis entre as 09:00h e as 12h:30 e entre as 14h:00 e as 16h:00. Não poderão ser realizados testes dinâmicos com a viatura em estrada (*Test Drive*). A viatura deverá ser aceite no seu estado atual sendo da inteira responsabilidade dos interessados a avaliação de preço da viatura. Não poderá ser requerido à entidade adjudicante qualquer tipo de indemnização para cobrir a reparação de quaisquer componentes que não estejam a funcionar ou para fazer face a manutenções que não tenham sido executadas. Informa-se que o sistema de ar condicionado da viatura não está operacional.

## 8. PRINCIPAIS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE VISEU

### 8.1. PAGAMENTOS AO ADJUDICATÁRIO

O Município de Viseu obriga-se a pagar pela aquisição das Viaturas novas, o preço constante da proposta adjudicada referente a estas, acrescido de Imposto de Valor Acrescentado (IVA) à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido. O pagamento das viaturas apenas será realizado após aceitação das mesmas por parte dos serviços competentes do Município de Viseu.

## 8.2. FATURAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

As faturas deverão ser enviadas para o serviço de atendimento do Município de Viseu através de correio electrónico: [au@cmviseu.pt](mailto:au@cmviseu.pt) com indicação do número de compromisso, sem o qual a mesma não poderá ser aceite.

As quantias devidas pelo Município de Viseu, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a receção das respetivas faturas.

Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a conclusão do serviço ou entrega do bem objeto do contrato e aceitação por parte do Município de Viseu.

## 9. PRINCIPAIS OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais de celebração do contrato, decorre para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:

a) O Fornecimento das Viaturas objeto de contrato devendo obedecer a todas as características definidas nas cláusulas técnicas. As viaturas deverão reunir todos os requisitos legais que condicionem a sua admissão ao trânsito na via pública, nomeadamente no que respeita às normas nacionais e comunitárias e de proteção do ambiente.

b) A Entrega das viaturas com a respetiva matrícula e documento único automóvel (podendo ser apresentado documento legal provisório até a entrega do documento único) bem como toda a documentação necessária que permita a sua admissão na via pública (excepto seguro).

c) As viaturas deverão ser entregue com todos os acessórios e equipamentos base disponibilizados pelo fabricante para o modelo em causa.

d) A Garantia das viaturas e de todos os acessórios aplicados;

e) O cumprimento dos regulamentos técnicos, normas e especificações e legislação em vigor;

f) Apresentação no momento de entrega das viaturas dos manuais de utilização e manual de garantia assim como quaisquer outros documentos, manuais ou catálogos que sejam fornecidos de fábrica com a viatura.

g) Pagar pela aquisição das viaturas de retoma, o preço constante da proposta adjudicada referente a esta, acrescido de Imposto de Valor Acrescentado (IVA) à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

h) Recolher a viatura de retoma no momento de entrega das viaturas novas.

i) Pagar pela aquisição da Viatura de Retoma, o preço constante da proposta adjudicada referente a esta, acrescido de Imposto de Valor Acrescentado (IVA) à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

## 10. ATO DE ENTREGA DAS VIATURAS NOVA

O prazo de entrega das viaturas e de todo o material necessário a sua integral utilização não pode ser superior a **45 dias** a contar da data de assinatura do contrato.

Efetuada a entrega das viaturas, os serviços procedem em conjunto com o fornecedor à inspeção dos bens objeto de contrato, com vista a verificar e/ou validar, se os bens reúnem as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais.

A inspeção a que se refere o número anterior poderá ser efetuada através de testes ao funcionamento da viatura, medição de valores e comparação com os valores de referência oficiais da marca e/ou por validação dos valores presentes no caderno de encargos com os apresentados nas fichas/tabelas oficiais. Durante esta fase o fornecedor deve prestar toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização dos testes através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito. Os encargos com a realização dos testes são da responsabilidade do fornecedor.

Se durante a fase de inspeção das viaturas se verificarem discrepâncias com o exigido no presente caderno de encargos será elaborado e enviado ao Adjudicatário um Auto de não-aceitação, apontando-se as discrepâncias verificadas. Após o envio deste Auto o Adjudicatário deverá providenciar as acções necessárias para garantir a conformidade das viaturas com o exigido no caderno de encargos.

Após a correcção das não conformidades haverá lugar a nova inspeção guardando o Município o direito de não interromper a contagem do prazo de entrega das viaturas (sendo descontado apenas o período correspondente entre o dia de inspeção das viatura e o dia de envio do auto de não-aceitação). Assim que se verifique que estão satisfeitas as exigências de entrega será elaborado Auto de Aceitação dos Bens.

### 10.1. PENALIDADES NO CASO DE ATRASO NA ENTREGA DAS VIATURAS NOVAS

Caso o adjudicatário não proceda à entrega das viaturas novas no prazo contratualmente estabelecido, ser-lhe-ão aplicadas até à sua entrega ou até à rescisão do contrato, as seguintes multas diárias:

- a) 150,00€ por cada dia de atraso, nos primeiros 10 dias de atraso;
- b) 180,00€ por cada dia de atraso, a partir do 11º dia de atraso;
- c) A partir do 21º dia o Município reserva-se o direito de rescindir o contrato;
- d) As multas, na sua globalidade, não poderão exceder 20% do valor do total da adjudicação.

## 11. SIGILO

O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Viseu, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente

a execução do contrato.

Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

## **12. PRAZO DO DEVER DE SIGILO**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de dois anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, a proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

## **13. CESSÃO**

O Adjudicatário não pode ceder a sua posição contratual, no todo ou em parte, ou associar-se, seja sob que forma for, a outra entidade para a execução da presente prestação de serviços.

O Adjudicatário não pode ceder os seus créditos decorrentes do Contrato.

## **14. IMPEDIMENTOS NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

Sempre que o Adjudicatário sofra impedimentos na execução dos serviços para que foi contratado, em virtude de qualquer ato imputável a terceiros, deverá no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data de ocorrência, informar a Entidade Adjudicante de modo a esta ficar habilitada a tomar providências que estejam ao seu alcance.

## **15. CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR**

Não podem ser impostas sanções ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheia a vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever a data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;

e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

## **16. REPRESENTANTES DO ADJUDICATÁRIO E DA ENTIDADE ADJUDICANTE**

As relações da Entidade Adjudicante com o Adjudicatário processar-se-ão através de representante a designar pela Entidade Adjudicante. O Adjudicatário indicará, até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do Contrato, o seu representante junto da Entidade Adjudicante, com poderes para resolver a generalidade dos assuntos emergentes do Contrato.

A Entidade Adjudicante poderá fazer-se representar por assessores e/ou outras entidades de sua escolha no acompanhamento dos trabalhos.

## **17. RESPONSABILIDADE DO ADJUDICATÁRIO POR PREJUÍZOS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES**

Sempre que, no âmbito da execução do contrato, se verifiquem trabalhos de suprimento de erros e omissões que decorram do incumprimento de obrigações assumidas pelo adjudicatário perante a Entidade Adjudicante será aquele responsável perante esta, pelos prejuízos causados.

## **18. PATENTES, LICENÇAS E MARCAS REGISTRADAS**

São da responsabilidade do Adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.

Caso a Entidade Adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o Adjudicatário indemniza-o de todas as despesas

que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

O Adjudicatário é responsável por qualquer violação das normas legais ou direitos de terceiros em relação a patentes, modelos de utilidade, marcas, modelos e desenhos industriais e/ou direitos de autor ou direitos conexos, bem como quaisquer direitos de propriedade intelectual por ele utilizados, em que incorra no âmbito do presente Contrato.

## **19. RESOLUÇÃO DO CONTRATO**

O incumprimento do Contrato pelo Adjudicatário dará à Entidade Adjudicante o direito de o resolver nos termos gerais do direito.

Para efeitos do número anterior, a Entidade Adjudicante notificará por escrito o Adjudicatário para sanar as deficiências assinaladas no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Não se verificando sanadas as deficiências notificadas, a Entidade Adjudicante poderá resolver então o contrato, operando-se a resolução na data da receção da referida notificação.

O incumprimento do prazo para a prestação de serviços dá direito à Entidade Adjudicante de proceder à resolução automática do presente contrato operando-se esta resolução na data de receção da notificação por parte do Adjudicatário.

Com a receção da notificação o Adjudicatário deve iniciar, de imediato, todas as diligências que lhe permitam cessar a prestação de serviços.

Caso a Entidade Adjudicante venha a resolver o Contrato, o Adjudicatário deverá indemnizar a Entidade Adjudicante pelo valor dos danos e prejuízos a este causado em virtude do comportamento faltoso. A resolução do Contrato, por qualquer razão, não prejudicará ou afetará os direitos constituídos e os deveres e responsabilidades assumidas por qualquer dos outorgantes.

A entidade pública contratante poderá rescindir unilateralmente o contrato em qualquer momento da sua vigência mediante o pagamento de 20% das rendas vincendas.

As multas a aplicar em caso de incumprimento por parte do adjudicatário, não poderão exceder na sua globalidade 20% do valor do total da adjudicação.

## **20. FORO COMPETENTE**

No caso de divergência relativo à interpretação, execução ou cumprimento de obrigações emergentes do presente Contrato, os Outorgantes obrigam-se a procurar uma solução consensual.

Qualquer litígio ou diferendo será submetido à apreciação dos responsáveis máximos dos Outorgantes, que envidarão todos os esforços para obter uma solução consensual.

Se, no prazo de 30 dias após o início da situação de diferendo, se frustrar a tentativa de resolução referida no número anterior, o litígio ou diferendo será decidido por recurso à jurisdição administrativa competente.

## **21. PREVALÊNCIA**

Fazem parte integrante do contrato o caderno de encargos, o convite e a proposta do Adjudicatário. Em caso de dúvidas aplicam-se as regras de prevalência definidas pelos números 5 e 6 do art.º 96.º do CCP.

## **22. CONTAGEM DOS PRAZOS**

Prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, exceto nos casos em que seja claramente estipulado outro critério de contagem dos prazos.

## **23. CRITÉRIOS DE DESEMPATE**

Valor mais baixo para a aquisição das viaturas novas.